

CANG

JORNAL DO BRASIL

Expresso da Alegria

07 JUN 1988

A Constituinte saiu da votação do mandato do presidente da República em marcha batida para transformar a votação das disposições transitórias em verdadeiro trem da alegria, no qual os parlamentares interessados em distribuir favores garantindo votos pretendem incluir uma vasta cesta de barbaridades.

Os custos da festa podem ser orçados para além do trilhão de cruzados, envolvendo o perdão da correção monetária de empréstimos, novos incentivos fiscais, benefícios sociais incrementados para diferentes categorias, e assim por diante. A questão crucial nisso tudo é apenas uma:

— Quem vai pagar o trem da alegria ao apagar das luzes da Constituinte?

Basta olhar em redor para que se possa dissociar o Brasil real do Brasil ilusório. No final da semana passada, apenas a título de exemplo, divulgou-se com algum estardalhaço que as empresas públicas pela primeira vez fecharam seu balanço com superávit. Um milagre? Um saneamento repentino das finanças das estatais por conta do aumento da eficiência e da produtividade? Ou simples mágica contábil decorrente do giro de caixa?

A verdade é que quase metade do superávit das estatais em abril foi conseguida graças a aplicações no overnight, a reajustes tarifários acima da inflação no bimestre passado e à suspensão parcial dos pagamentos da URP aos funcionários. Em resumo, como empresa, o que o Estado fez foi calotejar os empregados — o que não ocorreu com as empresas privadas, que continuam pagando a URP — investindo as sobras de caixa em títulos emitidos pela União, o que configura a mais escandalosa ciranda financeira.

Os ministros da Fazenda e do Planejamento certamente não tinham isso em mente quando apertaram os cintos para conter o déficit público, pois seus objetivos originais visaram realmente ao enxugamento do setor público. Como, porém, enxugar o setor público se cada autarquia, cada setor de atividade monta suas trincheiras para continuar com o mesmo perfil de ocupação de mão-de-obra, de eficiência gerencial e custos?

A reforma administrativa que o Governo deve aos cidadãos nunca saiu nem sairá do papel enquanto prevalecer no ambiente político o interesse em escamotear a verdade para manter privilégios e privilegiados, para não falar no empreguismo fisiológico.

É a mesma mentalidade que quer distribuir favores na Constituinte que trabalha para manter o status quo do setor público, enquanto o país moderno tenta desesperadamente se desenvolver pelo outro lado.

Os políticos que estão tentando encerrar com um trem da alegria a Constituinte não têm qualquer compromisso com a realidade das contas nacionais, nem com os fatores que vão empurrando o Brasil para trás, pela desarticulação da poupança e pela falta de investimentos produtivos. Cada novo incentivo que se criar não irá melhorar o perfil da distribuição da renda no país, ainda quando se alegue que pode beneficiar exclusivamente o Nordeste. Os incentivos e os paraísos fiscais não transformaram os países africanos que recorreram largamente a esses artifícios em nações de primeira classe. Coincidemente, em todas as partes do mundo, as maiores taxas de desenvolvimento se encontram onde menos incentivos existem e maior é a competição por fatias de mercado.